



Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Administrativo

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às 14h15min, na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Piracaia - PIRAPREV, situado na Avenida Dona Elza Peçanha de Godoy, nº 170, Bairro Vista Alegre, Comarca de Piracaia-SP, reuniu-se o Conselho Administrativo, em reunião extraordinária, com a presença dos membros nomeados pelos Decretos nº 4.815/2020, nº 4.856/2021, nº 5.035/2021, nº 5.050/2021, nº 5.259/2023, nº 5.539/2025 e nº 5.561/2025, presentes as conselheiras Eliana Fátima P. Gomes da Silva, Elisangela Aparecida de Souza, Renata Suyama, Silvana Aparecida de Oliveira e Tatiane Góes Almeida, bem como o auxiliar financeiro e membro do Comitê de Investimentos, Sr. Robson Adão Martins Ribeiro. Registrou-se que a Sra. Cátia Grasseti do Nascimento e a Sra. Tatiana Guimarães Moreira de Almeida se encontravam em período de férias e que a Sra. Claudia Leoncio Martins e o Sr. Lafaiete Fábio Tadeu de Oliveira não compareceram à reunião. As ocorrências foram consignadas na lista de presença e nos respectivos campos de assinatura. Verificado o quórum necessário, o Sr. Robson Adão Martins Ribeiro deu início à reunião, conduziu os trabalhos e esclareceu que a convocação extraordinária tinha por finalidade exclusiva apreciar o vencimento, em 15/08/2026, do expressivo bloco de Notas do Tesouro Nacional, série B - NTN-B, mantidas diretamente pelo RPPS, bem como examinar seus efeitos sobre a cobertura financeira, a liquidez e o alinhamento entre ativos e obrigações previdenciárias.

1. Contextualização do vencimento e recomendação do Comitê de Investimentos

O Sr. Robson Adão Martins Ribeiro apresentou aos conselheiros a recomendação aprovada pelo Comitê de Investimentos em reunião extraordinária realizada na mesma data, acompanhada do estudo de gestão de ativos e passivos e dos painéis elaborados com base na posição da carteira, nos dados da consultoria I9 Advisory, no histórico institucional, na avaliação atuarial e em bases estatísticas e de mercado. Ficou registrado que todos os números foram fixados na data-base de 30/06/2026 e que o material constitui instrumento interno de apoio à governança, sujeito à confirmação das informações oficiais de custódia e das condições efetivas de execução. Naquela posição, os ativos investidos totalizavam R\$ 218.143.297,45 e os recursos financeiros consolidados alcançavam R\$ 218.163.346,00. Os títulos públicos federais mantidos diretamente somavam R\$ 85.551.851,04, equivalentes a 39,22% da carteira, sendo 11,40% classificados no bloco de inflação longa e 27,82% no bloco de inflação curta. Esclareceu-se que o saldo total de R\$ 85,55 milhões em NTN-B não se confunde com o conjunto específico de R\$ 60.684.040,00, correspondente a 27,82% da carteira, cujo vencimento em 15/08/2026 motivou a reunião. O bloco vincendo reunia posições contratadas a taxas reais distintas - 5,51%, 7,79%, 6,41% e 7,57% ao ano acima do IPCA -, constituídas em momentos e preços diferentes e mantidas com marcação na curva. Tais taxas históricas orientam a apropriação contábil de cada lote, mas não representam a taxa disponível para o novo investimento. No vencimento, os títulos convergem para o pagamento do respectivo valor nominal atualizado e dos fluxos devidos, devendo a gestão conciliar quantidades, cupons, data financeira, posição no SELIC, crédito bancário e registros contábeis. O valor de R\$ 60.684.040,00 foi utilizado como referência do estudo, sem substituir o valor líquido que efetivamente ingressar nas contas do Instituto. Os conselheiros reconheceram que a transformação, em curto intervalo, de mais de um quarto da carteira em disponibilidade financeira amplia o risco de reinvestimento, de concentração temporária em caixa e de decisão sob pressão, justificando a apreciação isolada da matéria. Registrou-se, ainda, que o evento decorre do término contratual dos títulos e não de venda antecipada; portanto, a decisão não é se haverá disponibilidade a realocar, mas em quais instrumentos, prazos e condições ela será reinvestida. A ata extraordinária do Comitê de Investimentos



passa a integrar a presente ata como Anexo I, e o estudo técnico, com os quatorze painéis de suporte, como Anexo II. **Item APROVADO.**

2. Formação do passivo atuarial e cobertura financeira do RPPS

Em complemento à apresentação do Comitê, o Sr. Robson Adão Martins Ribeiro explicou aos conselheiros como o atuário chega ao valor do passivo previdenciário e de que forma esse número se relaciona com a cobertura financeira do Regime. O cálculo se inicia pela base cadastral dos servidores ativos, aposentados, pensionistas e respectivos dependentes, abrangendo, entre outros elementos, idade, sexo, remuneração ou benefício, tempo de serviço e de contribuição, data provável de aposentadoria, modalidade de benefício, composição familiar e regras de elegibilidade. A consistência dessa base é essencial: informações incompletas ou desatualizadas alteram a projeção dos fluxos e devem ser tratadas por crítica cadastral, testes de consistência e hipóteses tecnicamente justificadas. Em seguida, são aplicadas as regras previdenciárias do ente, inclusive requisitos de idade e tempo, cálculo e reajuste dos benefícios, pensões, aposentadoria por incapacidade, contribuições de servidores, aposentados, pensionistas e ente federativo e demais disposições do plano de benefícios e do plano de custeio. Sobre cada participante são projetados, ano a ano, os benefícios futuros esperados e as contribuições correspondentes, até a extinção do grupo considerado. A projeção depende também das hipóteses atuariais. As hipóteses biométricas procuram representar probabilidades de sobrevivência, morte, invalidez e formação ou manutenção do grupo familiar; as hipóteses demográficas tratam de entrada em aposentadoria, rotatividade e evolução do conjunto de segurados; e as hipóteses econômicas contemplam crescimento real das remunerações, reajuste dos benefícios, inflação, taxa real de juros atuarial e outras variáveis previstas na nota técnica e na avaliação atuarial. Essas premissas não são certezas individuais, mas parâmetros para estimar o comportamento coletivo ao longo de muitas décadas. Por isso, devem ser aderentes à experiência do Instituto, à legislação e às referências aplicáveis, sendo periodicamente revistas e submetidas a testes de aderência. Alterações em longevidade, taxa de juros, crescimento salarial, composição da massa ou regras de benefícios podem aumentar ou reduzir o passivo, ainda que nenhuma aposentadoria tenha sido paga ou nenhum ativo financeiro tenha sido movimentado no dia da avaliação. Depois de projetados os fluxos, o atuário os traz para a data da avaliação mediante a taxa de desconto atuarial. Em termos simplificados, um benefício esperado para daqui a muitos anos possui valor presente inferior ao seu valor nominal futuro, porque se considera a remuneração real esperada dos recursos durante o período. A soma dos valores presentes dos benefícios projetados, deduzidos os valores presentes das contribuições futuras e demais receitas reconhecidas conforme o método atuarial e a nota técnica, forma as provisões matemáticas. A parcela relacionada aos aposentados e pensionistas integra os benefícios concedidos; a parcela referente aos direitos em formação dos servidores ativos integra os benefícios a conceder. A agregação dessas obrigações, com os ajustes e provisões aplicáveis, constitui o passivo atuarial. Esse passivo não é uma conta bancária, não é o total nominal de todas as folhas futuras e não representa uma dívida integralmente exigível na data-base; ele é o valor presente das obrigações líquidas projetadas, calculado segundo um conjunto coerente de dados, regras, hipóteses e método de financiamento. Também foi diferenciada a noção de equilíbrio financeiro da noção de equilíbrio atuarial. O equilíbrio financeiro observa se as receitas e disponibilidades do período são suficientes para pagar os benefícios e despesas correntes. O equilíbrio atuarial considera todo o horizonte projetado e verifica se os ativos garantidores, as contribuições futuras e as demais fontes previstas no plano de custeio são suficientes para cobrir as obrigações trazidas a valor presente. A cobertura financeira, portanto, não decorre apenas do saldo de caixa do mês nem exclusivamente da rentabilidade da carteira: ela é formada pelos ativos garantidores já



acumulados, pelas contribuições normais, pelos aportes ou contribuições suplementares previstos para equacionamento, pela compensação previdenciária reconhecida quando cabível e pelos resultados dos investimentos, sempre em correspondência com os benefícios e despesas projetados. A comparação entre o passivo atuarial e os ativos e direitos admitidos na avaliação permite identificar resultado atuarial superavitário, equilibrado ou deficitário; eventual déficit demanda plano de equacionamento e acompanhamento próprio, não podendo ser atribuído isoladamente ao desempenho de um exercício ou resolvido apenas pela busca de maior retorno financeiro. No estudo apresentado, a duração do passivo foi estimada em 16,48 anos. Explicou-se que a duração representa o prazo médio ponderado, em valor presente, dos fluxos previdenciários e não o tempo restante de existência do RPPS. Quanto mais distantes e relevantes forem as obrigações, maior tende a ser a duração. Para que a cobertura financeira seja administrada com prudência, não basta que o valor total dos ativos pareça elevado; é necessário que os recebimentos de cupons, vencimentos e resgates ocorram em datas compatíveis com o pagamento dos benefícios, mantendo-se liquidez suficiente no curto prazo e proteção no longo prazo. Ressaltou-se, por fim, que o patrimônio de R\$ 218,14 milhões não pode ser transformado, por si só, em índice de cobertura sem a utilização do passivo e dos demais componentes da mesma avaliação atuarial e da mesma data-base. **Item APROVADO.**

3. Análise ativo-passivo, liquidez, taxas reais e estratégia de reinvestimento

Prosseguindo a exposição, o Sr. Robson Adão Martins Ribeiro passou à leitura conjunta da carteira e das obrigações, tendo o estudo apurado duração de apenas 1,27 ano para os ativos, diante dos 16,48 anos do passivo, resultando em descasamento de 15,21 anos. Aproximadamente 89% da carteira financeira estava concentrada em ativos com prazo inferior a cinco anos, enquanto as obrigações se distribuíam por horizontes muito mais longos. Os títulos públicos de inflação longa respondiam pela maior contribuição à duração, próxima de 0,80 ano; a Letra Financeira acrescentava 0,17 ano; os fundos de renda fixa indexados ao IPCA, 0,10 ano; os FIPs, 0,07 ano; e o bloco de inflação curta, aproximadamente 0,04 ano. O fluxo atuarial projetado indicou tendência de crescimento da diferença entre benefícios e contribuições ao longo do tempo, e a projeção determinística mostrava elevação inicial dos recursos, pico no começo da década de 2040 e posterior redução, alcançando exaustão por volta de 2070 nas premissas adotadas. Os conselheiros foram alertados de que essa trajetória não caracteriza insolvência iminente, nem constitui previsão certa: ela demonstra a sensibilidade do PIRAPREV às premissas e reforça a necessidade de custeio adequado, monitoramento atuarial e gestão dos prazos dos ativos. A simulação probabilística, por sua vez, mostrou aumento gradual da probabilidade de exaustão a partir de meados do século, resultado igualmente condicionado às premissas e à execução futura. No exame da liquidez, aproximadamente 20% da carteira estava disponível entre D+0 e D+1, 24% entre D+2 e D+30, 35% entre 31 e 180 dias, 6% entre um e três anos, 11% acima de cinco anos e cerca de 3% classificados como ilíquidos. Após a rolagem proposta, o volume em até trinta dias permaneceria próximo de R\$ 97 milhões, a faixa de 31 a 365 dias seria reduzida de cerca de R\$ 78 milhões para R\$ 16 milhões e a parcela acima de 365 dias aumentaria de aproximadamente R\$ 44 milhões para R\$ 105 milhões. O alongamento troca parte da liquidez intermediária por maior aderência temporal ao passivo, razão pela qual deve preservar caixa suficiente para aposentadorias, pensões, despesas administrativas, chamadas de capital e demais obrigações. No enquadramento, os títulos públicos do Artigo 7º, inciso III, representavam 39,22% da carteira, abaixo do mínimo interno de 40%, diante de objetivo de 44% e máximo de 56% previstos na Política de Investimentos, embora o limite legal da espécie alcance 100%. A manutenção do bloco em títulos públicos não elimina isoladamente a diferença para o piso interno, mas evita redução substancial dessa exposição e favorece sua recomposição



gradual. A curva real indicativa da data-base se encontrava acima da meta atuarial de IPCA mais 5,64% ao ano em todos os prazos analisados. Na comparação com 259 observações mensais entre dezembro de 2004 e junho de 2026, as taxas de referência de cinco, dez, vinte e trinta anos se situavam no nonagésimo percentil de suas distribuições, com referências de 8,45%, 8,00%, 7,63% e 7,52% ao ano, respectivamente, diante de medianas históricas próximas de 6,0%. O Comitê comparou oito estratégias e recomendou a escada de cinco vencimentos como solução de equilíbrio entre taxa, duração, distribuição dos recebimentos e concentração. A proposta utiliza cinco vértices de referência - 2030, 2035, 2040, 2045 e 2050 -, com 20% do valor líquido efetivamente disponível em cada um. Sobre o montante-base de R\$ 60.684.040,00, cada parcela corresponderia, apenas como parâmetro, a R\$ 12.136.808,00. A taxa real indicativa do conjunto era de 7,96% ao ano e a duração do bloco reinvestido, de aproximadamente 8,42 anos, reduzindo o descasamento global estimado de 15,21 para 12,90 anos. Foi consignado que a estratégia reduz, mas não elimina o descasamento; zerá-lo apenas com esse bloco exigiria duração aproximada de 54,79 anos, superior à dos instrumentos considerados. O Conselho tomou ciência de que a taxa de 7,96% não constitui rentabilidade garantida. As NTN-B pagam cupons semestrais calculados à taxa de 6% ao ano sobre o valor nominal atualizado, e a taxa contratada somente se realiza integralmente se os fluxos intermediários puderem ser reinvestidos em condições equivalentes. Até 2040, o estudo estimou aproximadamente R\$ 46 milhões em cupons sobre principal de R\$ 60,7 milhões. Nas trajetórias históricas reamostradas, a rentabilidade real realizada apresentou mediana de 7,12% ao ano e percentil 5 de 6,60%, permanecendo acima da meta real de 5,64% no cenário adverso apresentado, mas abaixo da taxa contratada na maior parte dos caminhos. Esses resultados não representam promessa e reforçam a necessidade de decisões futuras sobre o reinvestimento dos cupons, de controle da liquidez e de acompanhamento permanente do passivo. **Item APROVADO.**

4. Deliberação do Conselho Administrativo e parâmetros de execução

Após os esclarecimentos, os conselheiros presentes reconheceram a materialidade do vencimento, a necessidade de reduzir a concentração temporal da carteira, o nível real das taxas na data-base, a conveniência de preservar proteção contra a inflação e a importância de aproximar os recebimentos dos títulos do calendário das obrigações previdenciárias. O Conselho Administrativo aprovou, por unanimidade dos membros presentes, a recomendação do Comitê de Investimentos para reinvestimento da totalidade do valor líquido efetivamente creditado em decorrência do vencimento do bloco de NTN-B de 15/08/2026 em títulos públicos federais indexados ao IPCA e destinados à manutenção até o vencimento, mediante escada com 20% em cada um dos cinco vértices de referência - 2030, 2035, 2040, 2045 e 2050. A aprovação não se vincula automaticamente à estimativa de R\$ 60.684.040,00 nem garante a taxa de 7,96% ao ano, pois valores, preços e taxas deverão ser atualizados no momento da execução. Ficou determinado que, antes das aquisições, a gestão deverá conferir junto ao custodiante as quantidades, taxas originais, cupons, valor nominal atualizado, data de crédito e valor líquido recebido; conciliar o ingresso com os registros bancários, contábeis e de custódia; atualizar a curva e obter cotações compatíveis com referências públicas e com o mercado secundário; verificar a existência, o volume e as condições dos títulos; observar a Resolução CMN nº 5.272/2025, a Política de Investimentos e os controles de concentração; avaliar preço unitário, taxa real, spread, custos, impacto de mercado, registro no SELIC, custódia e liquidação; e emitir as autorizações, APRs, ordens, comprovantes e memórias de cálculo necessários à trilha de auditoria. Os percentuais de 20% deverão incidir sobre o valor líquido efetivamente disponível. Eventual resíduo decorrente da divisibilidade dos títulos ou da liquidação permanecerá temporariamente em instrumento de liquidez compatível até sua destinação formal, devidamente registrada. Os



**Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de Piracaia – PIRAPREV**

anos de 2030, 2035, 2040, 2045 e 2050 foram aprovados como vértices de referência do estudo, condicionados à existência de títulos elegíveis e disponíveis nas condições efetivas de mercado. Não haverá substituição automática por outro vencimento nem alteração material dos pesos, da duração ou do perfil de risco. Se algum vértice não estiver disponível, ou se a curva, as taxas, a liquidez, o valor recebido ou a cobertura de curto prazo se modificarem de forma capaz de afastar as premissas da decisão, a parcela afetada deverá retornar ao Comitê de Investimentos e ao Conselho Administrativo para ratificação ou nova deliberação. As aquisições serão destinadas à manutenção até o vencimento e à marcação na curva somente quando atendidos os requisitos legais, atuariais, contábeis e operacionais aplicáveis. Os cupons semestrais permanecerão sujeitos a acompanhamento e a decisões periódicas de reinvestimento. Foram aprovados o estudo técnico, os painéis de enquadramento, composição, liquidez, duração, fluxo atuarial, solvência, probabilidade, curva de juros, distribuição histórica, estratégias, escada de vencimentos, cobertura das saídas e liquidez projetada, bem como as premissas, limitações, controles e anexos apresentados. Registrou-se que Cátia Grasseti do Nascimento e Tatiana Guimarães Moreira de Almeida não participaram da deliberação por se encontrarem em férias e que Claudia Leoncio Martins e Lafaiete Fábio Tadeu de Oliveira não participaram por ausência. Não houve voto contrário ou abstenção entre os membros presentes. **Item APROVADO.**

Não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Robson Adão Martins Ribeiro agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião extraordinária. Lavrou-se a presente ata, que, lida e aprovada, segue assinada pelos conselheiros presentes e demais participantes.



**Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de Piracaia – PIRAPREV**

Piracaia, 21 de julho de 2026.

F É R I A S

Cátia Grasseti do Nascimento
Titular

Silvana Aparecida de Oliveira
Titular

F É R I A S

Eliana Fátima P. Gomes da Silva
Titular

Tatiana Guimarães Moreira de Almeida
Titular Presidente

Elisangela Aparecida de Souza
Titular

Tatiane Góes Almeida
Titular

A U S E N T E

Lafaiete Fábio Tadeu de Oliveira
Suplente

A U S E N T E

Claudia Leoncio Martins
Superintendente

Renata Suyama
Titular

Robson Adão Martins Ribeiro
Membro do Comitê de Investimento



Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de Piracaia – PIRAPREV

ANEXO I

PAINÉIS DO ESTUDO TÉCNICO DE ATIVOS E PASSIVOS

Folha 1 de 7

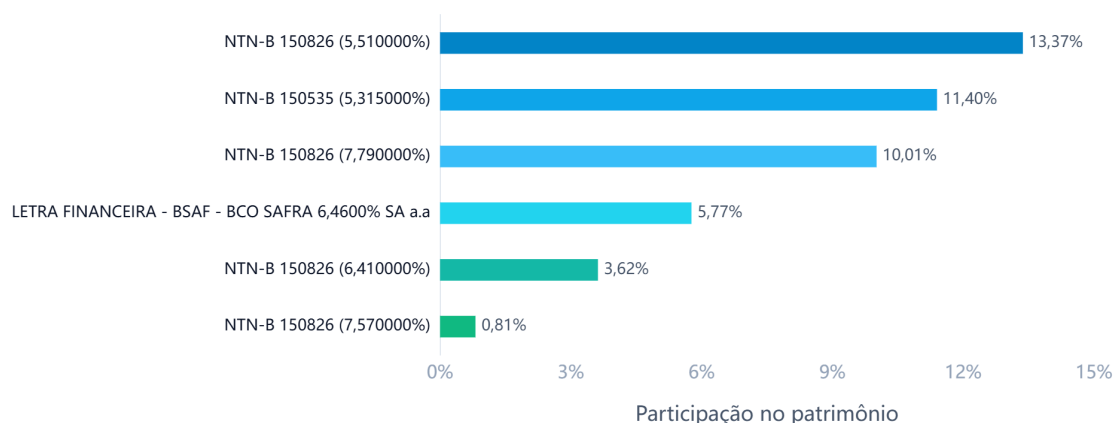
Observação: nesta publicação, os 14 painéis de suporte compõem o ANEXO I.

Enquadramento da posição aos limites normativos, por regra



Fonte: Elaboração própria — Plataforma de Gestão de Ativos e Passivos, PIRAPREV, Resolução CMN nº 5.272/2025 e Política de Investimentos, posição de 30/06/2026

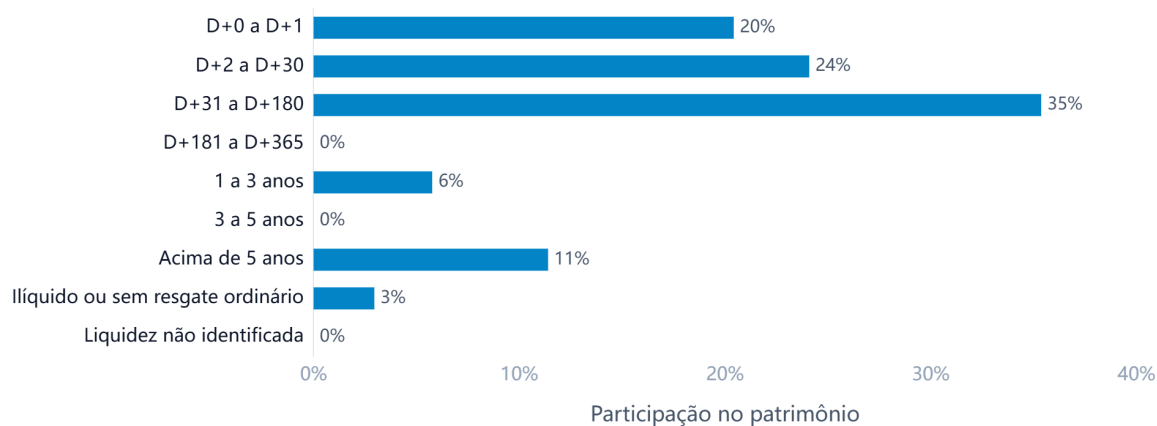
Ativos mantidos diretamente pelo Instituto, por papel e taxa contratada



Fonte: Elaboração própria — Plataforma de Gestão de Ativos e Passivos, PIRAPREV, posição de 30/06/2026 — inclui título público e emissão bancária

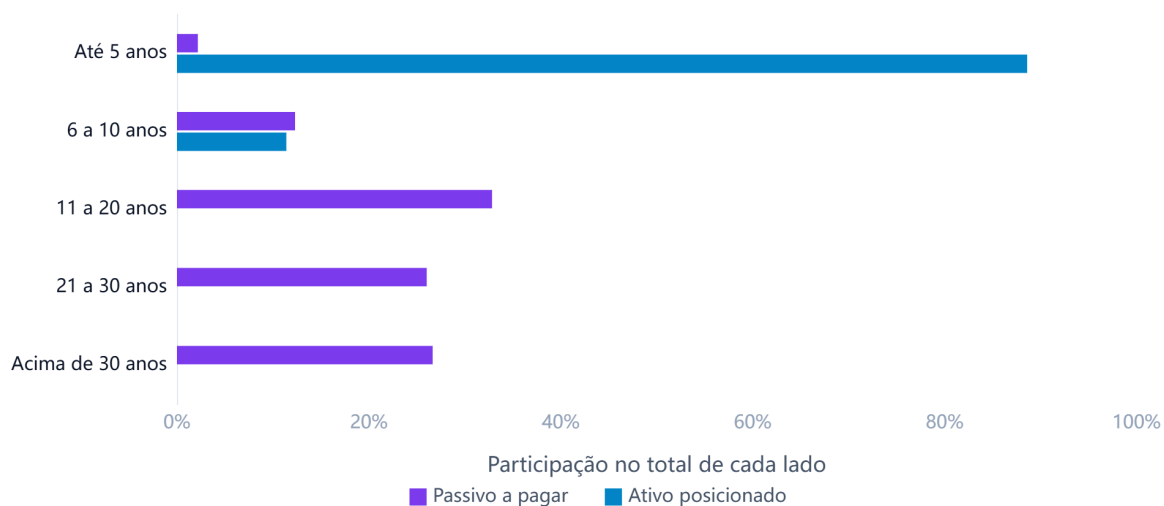


Perfil de liquidez da carteira por faixa de resgate



Fonte: Elaboração própria — Plataforma de Gestão de Ativos e Passivos, PIRAPREV, posição de 30/06/2026

Passivo a pagar e ativo posicionado, por faixa de prazo



Fonte: Elaboração própria — Plataforma de Gestão de Ativos e Passivos, PIRAPREV, a partir do fluxo atuarial descontado e da posição de 30/06/2026



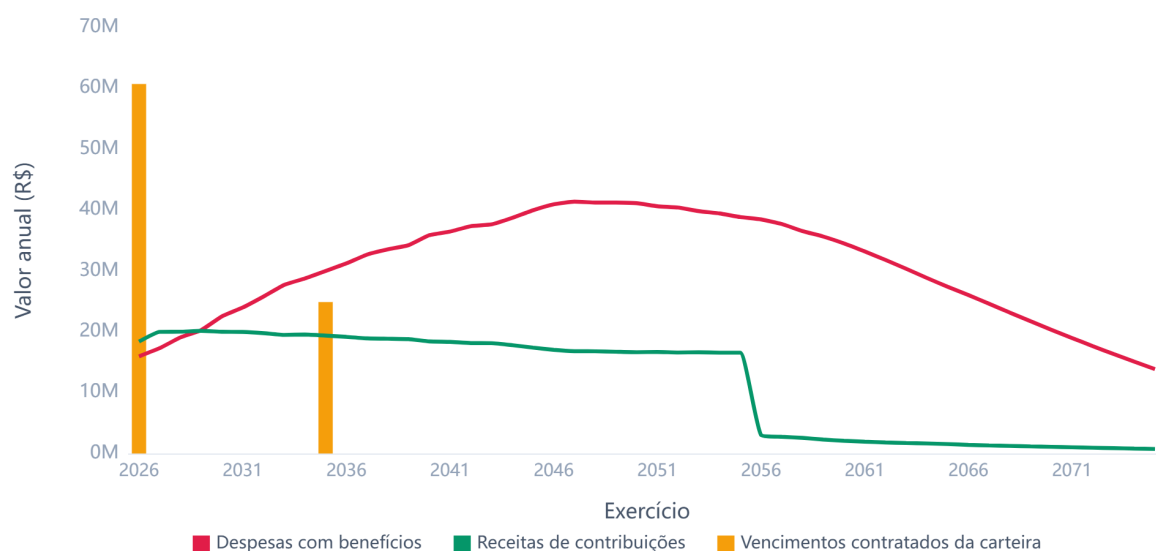
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de Piracaia – PIRAPREV

ANEXO I

PAINÉIS DO ESTUDO TÉCNICO DE ATIVOS E PASSIVOS

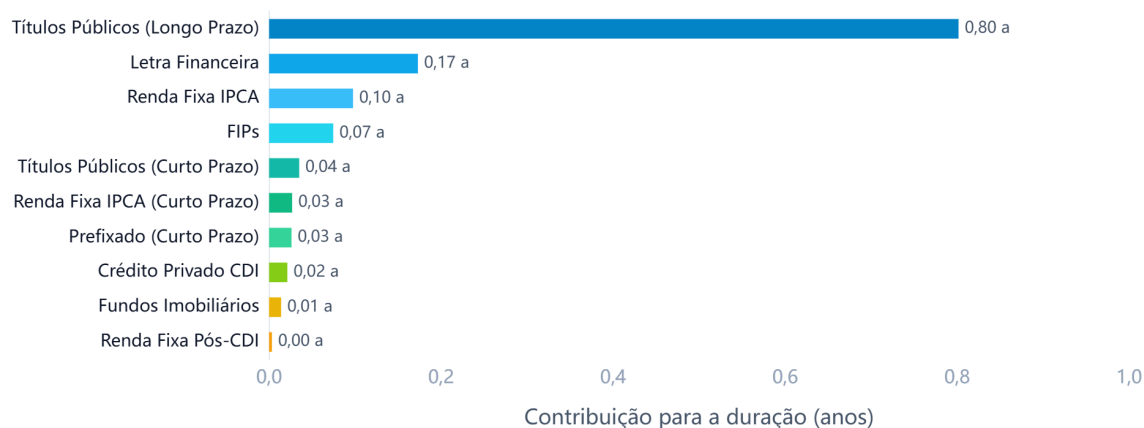
Folha 3 de 7

Fluxo atuarial projetado: contribuições, benefícios e resultado



Fonte: Elaboração própria — Plataforma de Gestão de Ativos e Passivos, PIRAPREV, a partir do fluxo atuarial da avaliação vigente

Contribuição de cada classe para a duração da carteira



Fonte: Elaboração própria — Plataforma de Gestão de Ativos e Passivos, PIRAPREV, posição de 30/06/2026



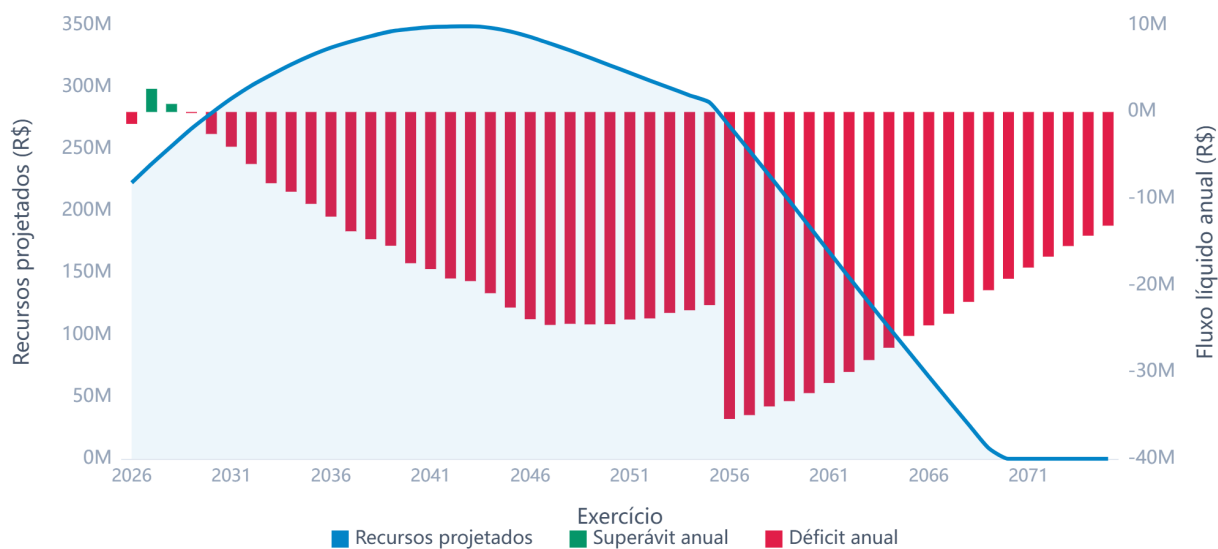
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de Piracaia – PIRAPREV

ANEXO I

PAINÉIS DO ESTUDO TÉCNICO DE ATIVOS E PASSIVOS

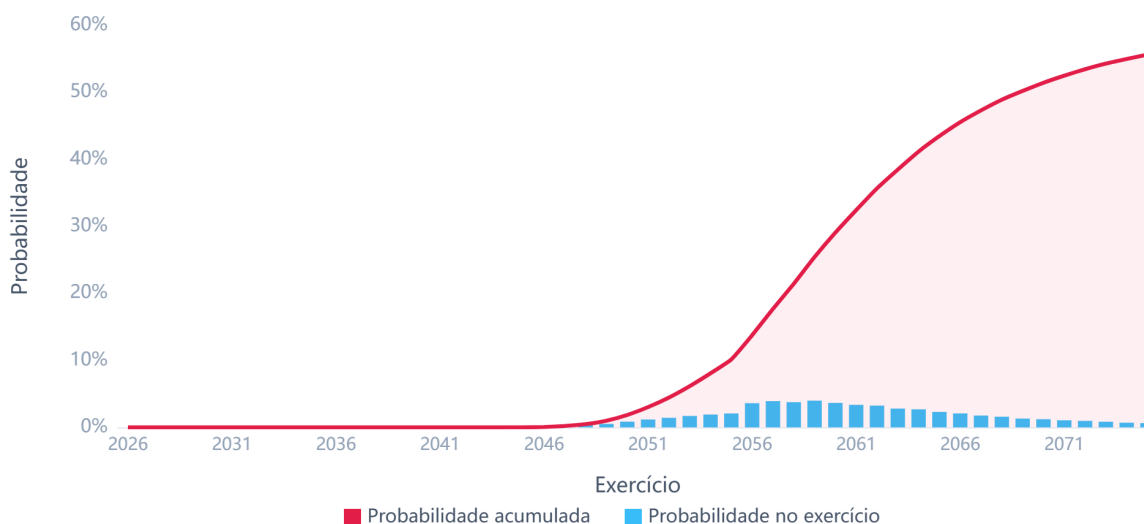
Folha 4 de 7

Projeção de solvência: recursos garantidores ante as obrigações



Fonte: Elaboração própria — Plataforma de Gestão de Ativos e Passivos, PIRAPREV, a partir do fluxo atuarial e da posição de 30/06/2026

Probabilidade de exaustão dos recursos ao longo do horizonte



Fonte: Elaboração própria — Plataforma de Gestão de Ativos e Passivos, PIRAPREV, simulação de Monte Carlo, posição de 30/06/2026

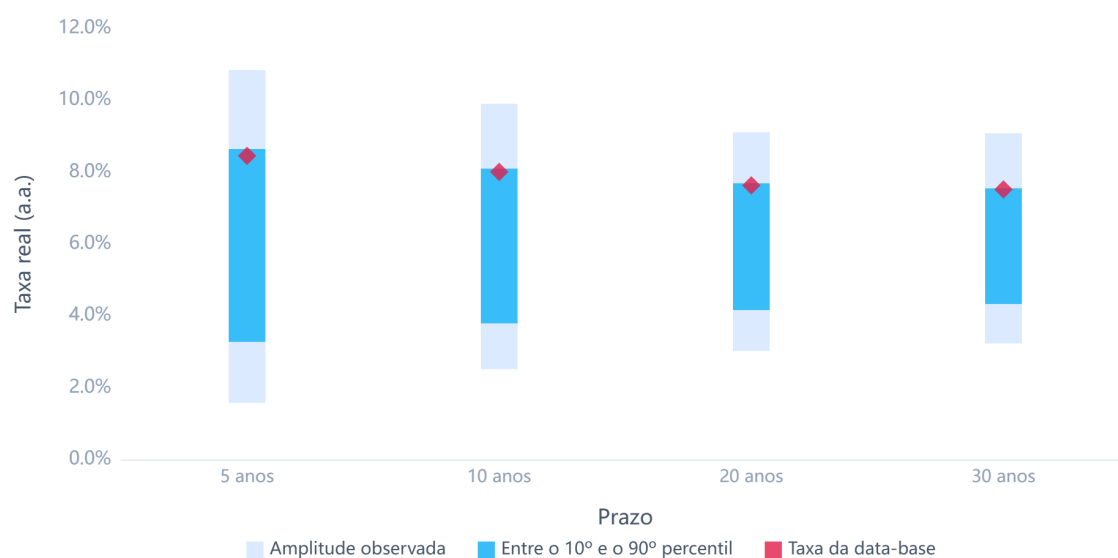


Curva real indicativa de NTN-B ante a meta atuarial



Fonte: ANBIMA — mercado secundário de títulos públicos, curva de 30/06/2026

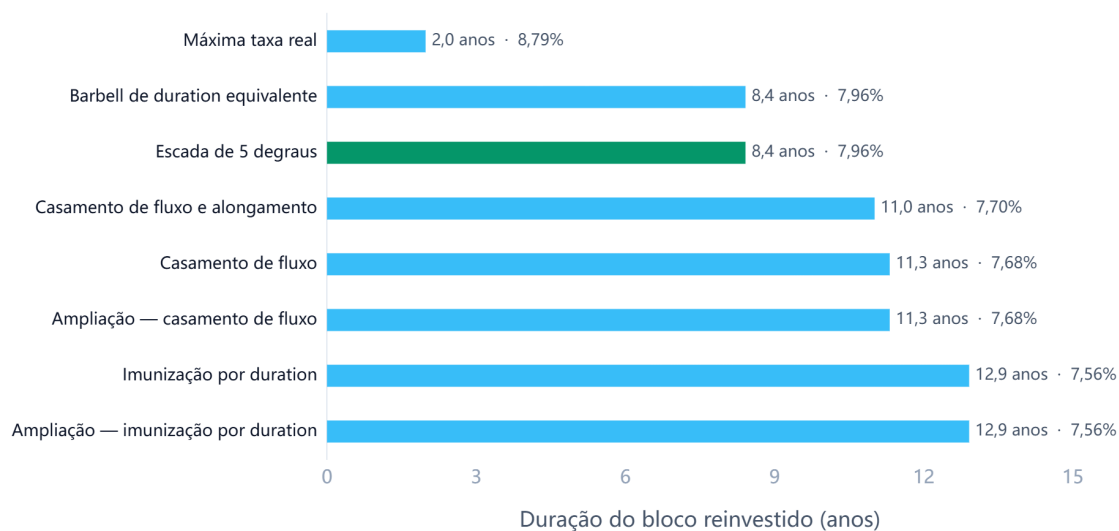
Taxa real da data-base ante a distribuição histórica, por prazo



Fonte: Tesouro Direto — série mensal de NTN-B interpolada por prazo constante, desde 2004

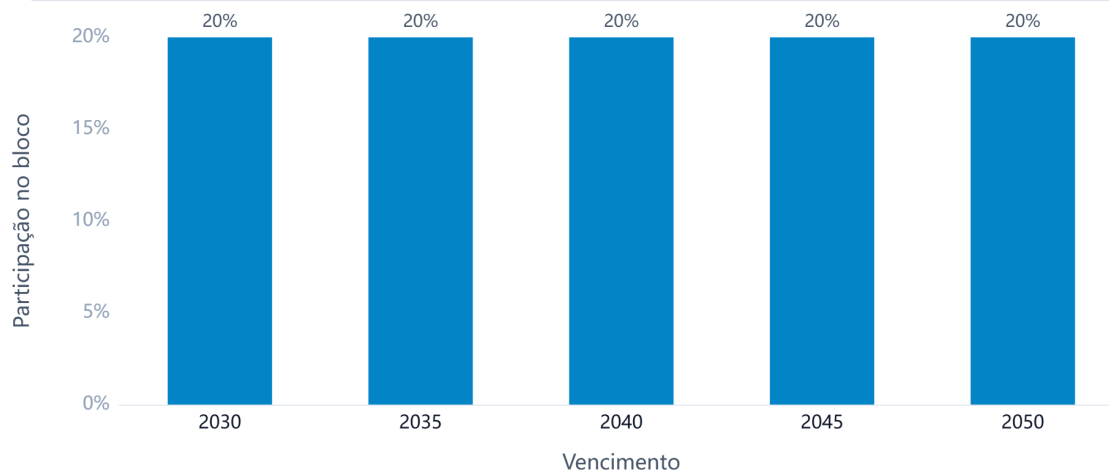


Estratégias de reinvestimento, por duração do bloco e taxa real contratada



Fonte: Elaboração própria — Plataforma de Gestão de Ativos e Passivos, PIRAPREV, a partir da curva ANBIMA de 30/06/2026

Escada de vencimentos: distribuição do bloco por vértice



Fonte: Elaboração própria — Plataforma de Gestão de Ativos e Passivos, PIRAPREV, sobre o bloco com vencimento em 2026



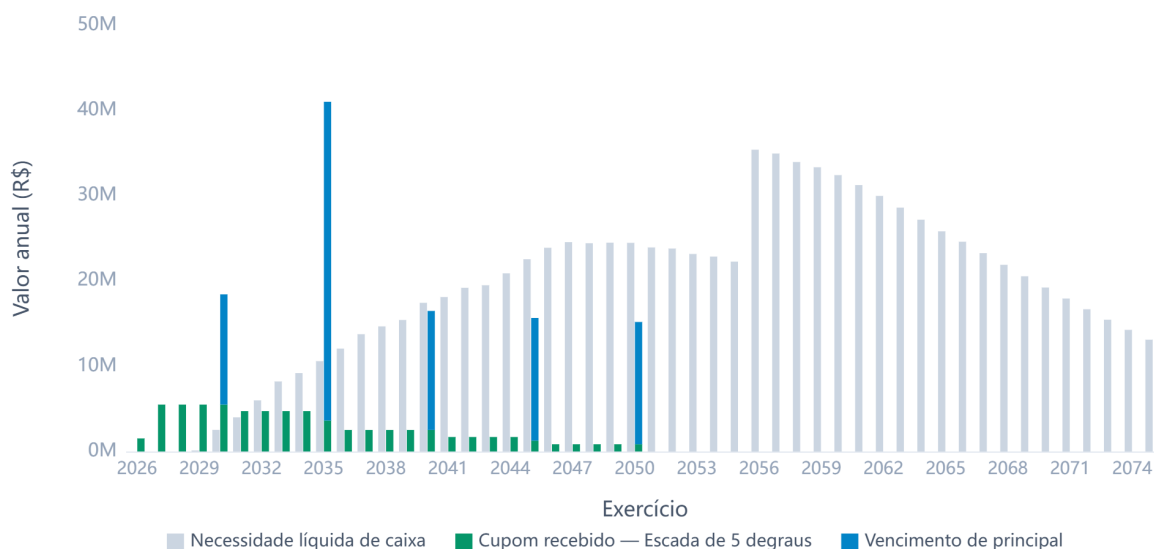
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de Piracaia – PIRAPREV

ANEXO I

PAINÉIS DO ESTUDO TÉCNICO DE ATIVOS E PASSIVOS

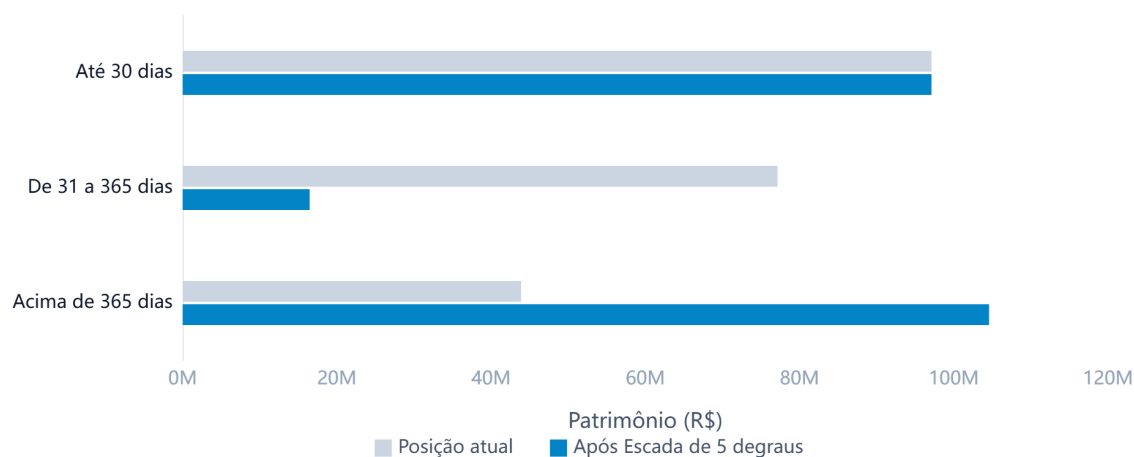
Folha 7 de 7

Cobertura das saídas atuariais pela renda datada da carteira



Fonte: Elaboração própria — Plataforma de Gestão de Ativos e Passivos, PIRAPREV, estratégia Escada de 5 degraus

Perfil de liquidez da carteira, antes e depois da rolagem



Fonte: Elaboração própria — Plataforma de Gestão de Ativos e Passivos, PIRAPREV, estratégia Escada de 5 degraus